FACULDADE EDUFOR

SERVIÇO SOCIAL

KAROLAYNE SUSAN CORDEIRO CORRÊA

BENEFÍCIOS EVENTUAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO NO CONTEXTO DO SUAS: UM OLHAR SOBRE SUA GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NO CRAS JANAINA EM SÃO LUIS/MA EM TEMPOS DE PANDEMIA.

São Luís - MA
2022

KAROLAYNE SUSAN CORDEIRO CORRÊA

BENEFÍCIOS EVENTUAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO NO CONTEXTO DO SUAS: UM OLHAR SOBRE SUA GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NO CRAS JANAINA EM SÃO LUIS/MA EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social – FACULDADE EDUFOR como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com Formação de Assistente Social.

Orientadora: Prof.ª Mra. Izamara Nunes Sousa

São Luís - MA
2022

C824b Corrêa, Karolayne Susan Cordeiro

Benefícios eventuais e intervenções junto à população no contexto do suas: um olhar sobre sua gestão e operacionalização no CRAS Janaina em São Luis/MA em tempos de pandemia / Karolayne Susan Cordeiro Corrêa — São Luís: Faculdade Edufor, 2022.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2022.

Orientador(a) : Izamara Nunes Sousa

1. Assistência Social. 2. Benefícios Eventuais. 3. Direitos Sociais I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS CDU 364.3(812.1)

KAROLAYNE SUSAN CORDEIRO CORRÊA

BENEFÍCIOS EVENTUAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO NO CONTEXTO DO SUAS: UM OLHAR SOBRE SUA GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NO CRAS JANAINA EM SÃO LUIS/MA EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social – FACULDADE EDUFOR como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com Formação de Assistente Social.

Orientadora: Prof.ª Mra. Izamara Nunes Sousa

São Luís, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora
Profª Izamara Nunes Sousa
Mestre em Desenvolvimento Sócioespacial-UEMA

_____

1ª Examinadora
Profª Enaire de Maria Sousa da Silva
Mestre em Desenvolvimento Sócioeconômico-UFMA

_____

2ª Examinador
Profº Paulo de Jesus Pereira Neto
Graduação em Direito-CEUMA

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha mãe (minha vida) Maria da Gloria que sempre foi meu maior exemplo de mulher guerreira, nunca deixou abandonar esse sonho e ao Meu pai (meu tudo) Fabricio Corrêa que sempre lutou e me apoiou pra esse sonho torma-se real...

AGRADECIMENTOS

À Deus (Pai, Filho e Espírito Santo), meu grandioso Amor, que me fortaleceu a cada dia dedicado a este trabalho, bem como em toda minha vida. Agradeço-te meu Senhor por toda misericórdia derramada sobre mim, e por me fazer aceitar que tudo nesta vida tem um propósito e um tempo certa para acontecer.

Aos meus pais, grandes exemplos de determinação e força, por me proporcionarem as condições necessárias para realizar esse sonho, garantindo a mim as oportunidades que eles não tiveram, e sempre acreditando na minha capacidade.

Aos meus irmãos que sempre torceram por mim, em especial minhas irmãs Fernanda e Fabiola que sempre diziam que ia dá tudo certo.

Ao meu companheiro e amigo, Ygor, maior incentivador desse sonho, pela paciência, amor, carinho e compreensão dedicados a mim nesse período. Por ser tão presente na minha vida e sonhar junto comigo. Obrigado por me fazer sorrir, mesmo quando a ocasião pede choro.

Aos meus amigos que a escola me deu, Alessandra, Amélia, Dayana, Juliana e Jefferson, obrigada por todo campanherismo, pelas risadas e incentivos.

À minha turma de Serviço Social, em especial as minhas amigas de grupo, Carla, Daiane, Raiane pela convivência harmônica e pelos conhecimentos compartilhados nesmo em meios as brigas e serviu pra fortalezer nossa amizade e que muito contribuíram para minha formação.

À minha orientadora, Izamara Sousa por ter aparecido no meu caminho num momento difícil e ter aceitado me orientar mesmo sem me conhecer. Obrigada pelas suas valiosas contribuições a este trabalho, por me repassar seus conhecimentos e vivências, por me responder tão prontamente e por me ajudar a fazer este sonho real.

À toda equipe que fez parte do CRAS Janaína, no período do meu estágio obrigatório, em especial a assistente social, protagonista desta pesquisa Katia Maia. Obrigada por vocês terem vivenciado essa experiência comigo.

À todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concretizar este sonho. Muito obrigada!

"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos: mais humanos, mais justos e mais solidários".

(Marilda Iamamoto).

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo compreender e interpretar criticamente a perceção do serviço social do CRAS Janaína em São Luís/MA sobre os benefícios eventuais que estão inseridos no contexto da Política de Assistência Social em tempos de pandemia. E, analisar a atuação do(a) assistente social, buscando compreender destes(as) o significado da política supracitada. Tal pesquisa, refere-se a um estudo qualitativo, pois corresponde a uma abordagem interpretativa dos fenômenos estudados, assim como os seus significados, aliado ao estudo bibliográfico das categorias que foram a base para a construção deste trabalho, como a Política de Assistência Social, os benefícios eventuais e os direitos sociais, possibilitando, assim, um movimento teórico e empírico. Tive como sujeito da pesquisa, uma assistente social. Para isto, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Resalta-se que a pesquisa de campo fora realizada no CRAS Janaína, no período de maio de 2022, tendo como resultados a compreensão da assistente social quanto à provisão dos benefícios eventuais, como um provimento necessário para os usuários do CRAS Janaína, apesar desta atividade não ser realizada de acordo com as legislações sociais vigentes. Quanto a atuação do(a) assistente social na Assistência Social, constatamos que era considerado um trabalho importante devido ao atendimento e suporte as famílias que estavam fora da cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social. Podemos identificar também, a compreensão destas profissionais a respeito da Política de Assistência Social e dos benefícios eventuais, como um direito do cidadão a ser cumprido pelo Estado.

Palavras-chave: Assistência Social, Benefícios Eventuais, e Direitos Sociais.

ABSTRACT

The present work aims to understand and critically interpret the perception of the social service of CRAS Janaína in São Luís / MA on the eventual benefits that are inserted in the context of the Social Assistance Policy in times of pandemic. And analyze the role of the social worker, seeking to understand the meaning of the aforementioned policy. This research refers to a qualitative study, as it corresponds to an interpretive approach to the phenomena studied, as well as their meanings, combined with the bibliographic study of the categories that were the basis for the construction of this work, such as the Social Assistance Policy, eventual benefits and social rights, thus enabling a theoretical and empirical movement. I had as research subject, a social worker. For this, a semi-structured interview was used. We emphasize that the field research was carried out at CRAS Janaína, in the period of May 2022, resulting in the understanding of the social worker regarding the provision of eventual benefits, as a necessary provision for users of CRAS Janaína, although this activity is not carried out in accordance with current social legislation. As for the role of the social worker in Social Assistance, we found that it was considered an important job due to the care and support for families that were outside the coverage of the Social Assistance Reference Centers. We can also identify the understanding of these professionals regarding the Social Assistance Policy and eventual benefits, as a citizen's right to be fulfilled by the State.

Keywords: Social Assistance, eventual benefits, social rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Programa e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SEMAS	Secretária de de Saúde do Estado Do Maranhão
SEMAS	Secretária de Assistência Social do Estado do Maranhão
MS	Minstério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....07

2 CAPITALISMO, CRISE E DESEMPREGO: UM OLHAR HISTORICO.....09

2.1.Sociedade capitalista: uma discussão necessária 10

2.2 Politicas sociais em tempos neoliberais.....17

2.3 Breve contexto historico da pandemia do covid-19.....19

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA PNAS E A EFETIVIDADES DOS DIREITOS SOCIAIS: UM OLHAR ACERCA DOS BENEFICIOS EVENTUAIS…..…….24

3.1. A implementação da PNAS e sua efetivação.....26

3.2 Beneficios eventuais em tempos de pandemia: uma discussão necessária.....28

4 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO CAMPO DOS DIREITOS SOCIAIS NO CRAS JANAINA EM SÃO LUÍS/MA…….....…….....31

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37

REFERÊNCIAS 41

APÊNDICE.....47

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....52

1 INTRODUÇÃO

A prestação de benefícios de caráter eventual e provisório sempre esteve presente nas ações assistenciais e historicamente manteve uma estreita ligação com práticas clientelistas e assistencialistas. Ao ser instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) como medida estratégica de um conjunto de seguranças afiançadas pela proteção social não contributiva brasileira estes benefícios passaram a ter sua prestação orientada a partir da ótica do direito e não deveriam guardar afinidades com práticas que lhes retire a condição de direitoconquistado, assegurados a partir dos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PEREIRA, 2010; FREITAS e Marco, 2010).

Isto posto, o trabalho carrega a discussão do papel dos Benefícios Eventuais no contextodo Sistema Único de Assistência Social – SUAS em tempos de pandemia do covid-19 em um de Referência de Assistência Social – CRAS em são Luís/MA. O Estado contemporâneo, de vertente neoliberal, enquanto regulador principal das relações sociais de produção, não assegura de forma eficaz a garantia e o acesso aos direitos sociais desses indivíduos, ou seja, o investimento perante as políticas públicas no contexto capitalista tem como principais características a seletividade, a descentralização e a focalizaçãode suas ações e seus investimentos (IAMAMOTO, 2014).

Em vista disso, a população que vive em situação de pobreza em cenário atual. vivencia cotidianamente um processo de invisibilidade frente a sociedade, sendo os indivíduos daqueles considerados “delinquentes”, “agressivos”, “marginais”, dentre outros termos pejorativos utilizados que naturalizam esse fenômeno. É neste cenário que tal população é excluída e discriminada, tanto pela sociedade, como pela conjuntura política atual, ocasionando a esses moradores sentimentos de angústia, tristeza, insegurança, incerteza e violência.

E nesse sentido, que o papel dos benefícios eventuais no SUAS é necessário discorrer sobre as categorias basilares que fundamentam o entendimento de benefícios de caráter eventual inseridos em uma política de Estado, que são: Proteção Social não contributiva, Riscos e Benefícios Eventuais.

Desta forma, essa pesquisa (pesquisa) tem como objetivo geral compreender o papel dos benefícios eventuais no SUAS na contemporaneidade em tempos de pandemia e como objetivos específicos: Identificar como está o andamento do processo

de regulamentação dos Benefícios Eventuais nos municípios estudados; (as) fonte(s) de financiamento(s), o critério de definição do público atendido, os itens de cobertura e o local de oferta do serviço de concessão dos benefícios eventuais; Compreender como se operacionaliza gestão dos Benefícios Eventuais nos município de São Luís/MA.

As inquietações que motivaram o interesse em compreender o papel dos Benefícios Eventuais surgiram de questionamentos oriundos do cotidiano enquanto estagiária, em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no município de São Luís, onde rotineiramente surgiam as demandas e não havia, de forma sistemática e eficaz, a oferta dos Benefícios Eventuais, ocasionando a descontinuidade de sua prestação e reforçando sua trajetória histórica.

A aproximação com essa temática se deu a partir dos estudos e pesquisas sobre as diversas expressões da questão social ao longo da graduação em Serviço Social, em que passamos a observar, a partir do nosso cotidiano nos locais públicos, como praças e viadutos, dentre outros locais degradantes, a presença de pessoas vivendo em situação extrema pobreza. Desde então, acentuou-se a inquietação de aprofundar esse conhecimento, de nos debruçarmos perantea temática que envolve essa população que se apresenta invisível e discriminada frente o Estadoe a sociedade, ou seja, a finalidade da pesquisa é quebrar com as barreiras do senso comum acerca do que a sociedade expressa no seu cotidiano.

Logo, ao nos debruçarmos sobre a temática, apontamos como pergunta norteadora, a seguinte indagação: quais as estratégias de funcionamento da rede socio assistencial e seus benefícios voltados para a população em situação de vulnerabilidade social em tempos de pandemia e no contexto de um governo ultraneoliberal?

A pesquisa ainda justifica-se pela importância em contribuir teoricamente com o debate acerca da temática, alcançando: os profissionais que atuam na área do Serviço Social ea equipe multidisciplinar que atua no atendimento desses usuários; acadêmicos que estudam essa temática; outros profissionais e autoridades competentes que atendem à demanda da população que vive em situação de extrema pobreza Buscamos, por conseguinte, colaborar na sugestão de novos investimentos e projetos para intervir nessa realidade e contribuir para a reflexão de todas a pessoas que compõem a sociedade do rompimento da naturalização desse fenômeno.

O referido estudo tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, considerando a conjuntura atual de *pandemia* da Covid-19 em que o

mesmo está sendo Desenvolvido, bem como também observado diversas metamorfoses durante o campo de estágio. A fundamentação teórica será como base a discussão a partir das seguintes categorias que também revelam a estrutura dos tópicos do artigo: *Capitalismo, crise e desemprego*, tendo como base os estudos dos autores José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006),que abordam o modo de produção capitalista (MPC) e sua dinâmica de crise. Sobre o *desemprego* foi utilizada a obra de Ricardo Antunes (1995), o qual retratará as metamorfoses nomundo do trabalho que aprofundam o desemprego estrutural. Para entendermos o *Contexto histórico da população em situação de vulnerabilidade social* partimos dos estudos de Maria Lucia Lopes da Silva (2009), Cleisa Moreno Maffei Rosa (2005). Em seguida, para compreender o *Contexto de precarização das políticas sociais* partimos dos estudos de Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2008), que explicitará bem sobre os impactos sofridos naspolíticas sociais diante dos processos de ofensiva neoliberal e de reestruturação produtiva do capital. Por fim, para compreendermos os processos de consolidação da "Política Nacional de Assistência Social – PNAS" (2004) e a "Tipificação Nacional de Serviços socio assistenciais" (2009) e os benefícios eventuais. Para abordagem das intervenções atuais, no contexto de pandemia do Coronavírus, junto do. buscarei suporte nos documentos legais do Governo do Estado do Maranhão que respaldamos equipamentos socio assistenciais para o atendimento e acolhimento dos usuários que se encontram sem acesso aos serviços essenciais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DO CAPITALISMO, CRISE E DESEMPREGO: UMA VISÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA:

Diante da emergência do capitalismo avançado, estruturado no atual contexto, sendo este acompanhado de intensas metamorfoses no mundo do trabalho em decorrência das crises típicas do capitalismo, a crise de 1970 levou o capitalismo a se reerguer a partir de uma *reestruturação produtiva* que impulsionou a produção e teve repercussões imediatas na vida da classe trabalhadora pobre. Desse modo, novas formas de reorganização da força de trabalho passaram a conformar as relações de produção capitalista. De acordo com Marx (1988, p. 263),"com a subsunção real e formal do trabalho ao capital", o mundo do trabalho passa a ganhar novas roupagens nas suas condições de gestão e produção do trabalho. Essas novas condições de trabalho, impostas de maneira extremamente precarizada e fundada na desregulamentação dos direitos afeta fortemente a classe trabalhadora.

Segundo Silva (2009) e Costa (2005), as mudanças ocorridas trazem consigo a

fragilidade das políticas socias, desemprego, a precarização do trabalho, os progressivos retrocessos nas bases dos direitos sociais e trabalhistas dos cidadãos, dentre outros impasses que permeiam o seio dos fundamentos do neoliberalismo em tempos de pandemia do covid-19. Nesse contexto, temos o agravamento da desigualdade social e do pauperismo que conforma a sociabilidade. O fenômeno da população que vive em situação de vulnerabilidade surge nessa conjuntura permeado por contradições e suas múltiplas determinações da relação capital-trabalho.

2.1 Sociedade capitalista: uma discussão necessária

O capitalismo, desde suas origens, vem marcado por profundas transformações históricas que afetam a reorganização da classe trabalhadora que busca um meio de subsistência para sobreviver mediante as contradições impostas pelo sistema. Mantendo sua base defuncionamento a partir da contradição fundamental do Modo de Produção Capitalista (MPC), o capital, em meio as suas crises, busca se reerguer mantendo suas características na propriedade privada, no lucro, na economia de mercado e na divisão de classes.

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 175):

> As crises são funcionais ao MPC: constituem os mecanismos mediante os quais restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à suacontinuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não tem o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo.

É então por meio da propriedade privada, com a concentração de poder nas mãos da classe dominante, que o modo de produção focado no lucro ganha força na economia e avança no seu desenvolvimento, na produção e na apropriação dessa riqueza produzida. O crescimentodo capital, em seu processo de acumulação, gera também a produção da miséria. De acordo com Silva (2009), o contexto do capitalismo, permeado por crises e contradições, ressalta suas necessidades por meio do controle sobre o trabalho.

Dessa maneira, para superar os efeitos da crise, o capital opera mudanças no processo produtivo com o incremento da tecnologia e da robótica, em que temos a flexibilização do trabalho, a desregulamentação dos direitos e a terceirização, elementos que constituem o desemprego estrutural. Este processo afeta fortemente a sociedade

dando substância à consolidação de uma superpopulação relativa, ou seja, aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho passam a compor a população em situação de vulnerabilidade social.

Ainda conforme Silva (2009), que estuda o fenômeno da população em situação de vulnerabilidade social a partir das suas relações com a sociedade capitalista e com as transformações no mundo do trabalho:

> O fenômeno social da população extrema pobreza constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas (SILVA, 2009, p. 91).

Salienta-se que, com as atuais mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o sistema capitalista sofre alterações no seu modo de produção. Tais implicações se dão devido à *crise estrutural do capital* ocorrida em meados de 1970, que tem como referência a queda das taxas de lucro (BEHRING, 2008). Mediante a estruturação da crise, a classe burguesa buscava novos meios para organizar o trabalho e a produção, de modo a superar a atual conjuntura de perdas, como também garantir a aquisição de lucro (ANTUNES, 1995).

Assim, o trabalho passa a ser cada vez mais explorado e alienado, novas formas de organização da produção passam a adentrar nas indústrias e temos, então, novas características da fase capitalista baseadas na mundialização da economia e orientadas pela lógica neoliberal. Instaura-se mundialmente, a partir daí, o processo de reestruturação do capital, que vem no aprofundamento das suas ideias de dominação, expansão e acumulação (NETTO; BRAZ, 2006).

Conforme Chesnais (1996 *apud* BERHING, 2008), essa nova fase capitalista é evidenciada através da *mundialização do capital*, iniciada nos anos 1970, que tem como principal objetivo redirecionar novas maneiras de acumulação do capital, dando assim uma nova configuração ao capitalismo contemporâneo. De acordo com Antunes (1995), a *reestruturação produtiva* trouxe profundos impactos nas configurações e na organização do trabalho, mutações na composição da classe trabalhadora, na produção das atividades econômicas, sociais e políticas, dentre elas, as formas de enfrentamento dos trabalhadores à ofensiva neoliberal.

Essas novas transformações dadas pela emergência do sistema Toyota no Brasil

tiveramgrande repercussão mundial e trouxeram mudanças na organização do trabalho e na qualificação dos trabalhadores. O Toyotismo ou *acumulação flexível* foi um sistema de produção que buscava flexibilizar a produção das mercadorias e tinha como principal objetivo concentração do capital, de modo que só se produzia de acordo com a demanda, processo conhecido também como *Just In Time*[1] (ANTUNES, 1995).

A partir da implantação desse sistema produtivo, as indústrias automobilísticas, com a chegada das máquinas robóticas, passaram a exigir trabalhadores mais qualificados, não mais ligados a só uma tarefa, mais sim um *trabalhador flexível*, voltado para o conhecimento de todo o processo da produção. No entanto, a flexibilização conduziu à diminuição dos postos de trabalho, devido a um trabalhador realizar várias funções, conhecido também como umtrabalhador polivalente. Além disso, colaborou com a terceirização da economia, atingindo os países subdesenvolvidos, sobretudo, o Brasil.

De acordo com Antunes (1995), a acumulação flexível propiciou, juntamente com a ideologia neoliberal, a expansão da mundialização do capital, no qual a organização e a produção do trabalho passaram a se consolidar nas indústrias automobilísticas, nos diversos setores industriais e também no setor de serviços. Ainda de acordo com o autor, a acumulaçãoflexível ou *modelo japonês* vai se contrapor ao padrão rígido da produção em massa do períodofordista, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. A inovação tecnológica também será uma marca desse período.

O capital, em seu processo de expansão financeira, traz consigo o fetichismo, que passase fixar na sociedade com impactos profundos na conquista dos direitos dos trabalhadores. A fetichização se dá em meio às relações sociais, alcançando seu auge sob a predominância do capital que rende juros (IAMAMOTO, 2008). Assim, no atual contexto contemporâneo, temoso fortalecimento e a legitimação da ideologia neoliberal conservadora, que tem como principal objetivo reformular as funções do Estado e defender os ataques ao capital (NETTO; BRAZ, 2006).

Desse modo, com um Estado Mínimo socialmente, a mundialização do capital passa a repercutir nas políticas públicas a partir da privatização, da focalização, da

[1] Conforme Slack, Chambers e Johnston (2002, p. 482), Just In Time significa produzir bens e serviços exatamenteno momento em que são necessários, não antes para que não formem estoque, e nem depois, para que seus clientesnão tenham que esperar.

descentralização, dafalta de financiamento e da regressão de direitos para uma parcela da sociedade que se encontraem vulnerabilidade e risco social (IAMAMOTO, 2008, p.118). É nesse cenário contraditório que se encontra a população que sofre de extrema pobreza, no qual seus direitos como cidadãos são violados mediante um sistema perverso, desigual e competitivo.

Alguns dados são importantes para compreendermos o perfil e as características dessa população imersa em contradições fundadas a partir da relação capital-trabalho. Segundo documento “Política Nacional de Assistência Social - PNAS” (BRASIL, 2020), os usuários, em sua maioria, são homens alfabetizados e jovens que passaram a fazer diversas atividades por conta do conta do desemprego, do álcool e/ou das drogas. Percebe-se um número progressivo de indivíduos vivendo em situação de pobreza, fazendo das ruas seuespaço de moradia.

Essa população vive em um cenário de condições precárias, sem moradia convencionalregular, além de estar diante da fragilidade das políticas sociais e exposta ao preconceito e à violência por parte da sociedade. No entanto, não é de escolha desses sujeitos viveram em situação de extrema pobreza, circunstâncias os levaram a viver em tal situação.

De maneira geral, há vários fatores quelevam à reincidência da população a sobreviver como podem. Dentre eles podemos destacar: a perda de vínculos familiares e comunitários, o uso de álcool e drogas, a perda de vínculo empregatício, conflitos familiares, a ausência de moradia, doenças mentais, abandono. De acordo com Silva (2009):

> São fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rupturas de vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúniospessoais – mortes de todos os componentes da família, roubo de todos os bens, fuga de origem etc.) e, ainda, em fatos da natureza ou desastres de massas – terremotos, inundações etc. (p.105).

Outro aspecto característico da população a passar por situação de vulnerabilidade social é o preconceito atribuído pela sociedade, nas suas múltiplas determinações, no qual esses indivíduos são responsabilizados pela situação em que vivem e considerados uma ameaça para a sociedade (ROSA, 2005). Em consonância com a autora anterior, Silva (2009) também argumenta sobre preconceito e diz o seguinte sobre a discriminação sofrida pela população:

> Em todas as épocas e lugares sempre houve discriminações relacionadas às Pessoas em situação de pobreza. As diversas denominações pejorativas utilizadas pela sociedade para designá-las são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contravida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros (p.119).

Assim, o fenômeno População em situação de extrema pobreza tem sua gênese no seio do contextocapitalista pelo aprofundamento das desigualdades sociais, tendo como característica principal a “exclusão social” que atinge fortemente a maioria da classe trabalhadora pobre. Esses aspectos são “oriundos principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo” (SILVA, 2009, p.115).

2.2 Breve Contextualização da Pandemia de Covid-19 e as desigualdades sociais

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na província de Hubei, cidade de Wuhan, localizada na China. Tratava-se de uma nova cepa do tipo coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. O novo coronavírus (SARS-CoV-2) rapidamente espalhou-se para países vizinhos e regiões mais distantes. Em 30 de janeiro de 2020, o Comitê de Emergência da OMS, declarou a doença respiratória aguda Covid-19 como uma emergência de saúde pública de interesse internacional[2]. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como uma situação de pandemia (OPAS, 2021).

Naquele período, tratava-se de um novo tipo de vírus desconhecido pela comunidade científica. As autoridades internacionais precisaram elaborar um plano estratégico e coordenado a fim de recomendar e adotar medidas de prevenção, controle da transmissão e intervenção contra a doença. Segundo Pires (2020), as medidas podem ser agrupadas sob três grandes estratégias: recomendação ou determinação de isolamento social, distanciamento social, quarentena e lockdown; ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; formas de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas.

No que se refere às medidas para prevenção ao novo coronavírus recomendadas

[2] Evento extraordinário que constitui um risco para a saúde pública devido a propagação internacional da doença e que se exige uma resposta de forma coordenada internacional (ROUQUAYROL; GURGEL, 2013 apud DOMINGUEZ, 2020).

pelas autoridades sanitárias, foram incluídas a lavagem das mãos, uso de álcool em gel, uso demáscara de proteção, entre outros. Durante a divulgação das campanhas de conscientização a expressão “fique em casa” foi muito adotada para se referir ao isolamento domiciliar. Entretanto, infelizmente, nem todos experimentaram a oportunidade do trabalho remoto, tampouco tinham emprego que garantisse a manutenção da renda ou residência como espaço de proteção e cuidado (MATTA et al, 2021).

No Brasil, em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde – MS, identifica e confirma o primeiro caso de Covid-19 no estado de São Paulo. No mesmo mês, o MS decreta a Portaria N° 188, declarando “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência pela infeção humana do novo coronavírus”. No que se refere ao enfrentamento a emergência sanitária, é sancionada pelo Presidente da República, a Lei N° 13.979/2020 que estabelece algumas medidas que poderão ser adotadas para o combate à doença. Segue algumas dessas medidas:

> Art. 3°: isolamento, quarentena, realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e outras medidas profiláticas; uso obrigatório de máscaras de proteção individual, restrição excepcional de entrada e saída do país, entre outras (BRASIL, 2020).

Em março de 2020, a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão (SEMA) confirmaos primeiros eventos de Covid-19 no território cearense. Inicialmente, foram identificados em grupos populacionais com perfil socioeconômico de média e alta renda que possuíam condições para realizar viagens ao exterior e também acesso aos serviços privados de saúde para confirmação do diagnóstico (PEQUENO et al., 2020).

Conforme apontava o boletim epidemiológico divulgado em 22 de abril de 2020 pela SMS, no período compreendido entre 27 de fevereiro a 22 de abril de 2020 foram confirmados 3.152 casos da doença concentrados nos bairros Meireles, Cocó e Aldeota. Em aparente expansão para os bairros de São Luís e adjacências (SMS, 2020).

Ao longo dos meses, a situação se mostra diferente, a doença “chega” as comunidades periféricas da cidade. Diante disso, os especialistas apontaram alguns fatoresque contribuíram para potencializar a rápida transmissão do coronavírus, a saber: a dinâmica do trabalho, no qual, os trabalhadores, principalmente do setor informal, continuaram exercendo a atividade laboral; o deslocamento dos trabalhadores em transporte público lotado; a baixa testagem dos indivíduos sintomáticos para confirmação da doença, entre outros.

Conforme, divulgava o boletim epidemiológico da SMS publicado no dia 05 de junho de 2020, até essa data foram confirmados 26.644 casos da Covid-19, estabelecidos em diversos territórios da capital, com concentração de casos nos bairros e que apresentam altos IDH. Porém a elevada taxa de letalidade está centralizada nos bairros de São Luís entre outros, considerados com baixo IDH. Desse modo, a pandemia evidenciou a perversa desigualdade social e econômica entre as classes e grupos sociais.

> Apesar de potencialmente atingir a todos nos quatro cantos do planeta, nem todos são atingidos da mesma forma, estudos já indicam uma distribuição desigual entre os grupos afetados, com foco nas populações que se encontram em maior situação de vulnerabilidade (MINELLO (2020) apud RODRIGUEZ et al. (2020, p. 02).

A doença Covid-19 alcançou milhares de famílias e durante meses o país registrou um elevado número de óbitos pela doença, principalmente, nas regiões de periferias e favelas. Felizmente, em razão do avanço das pesquisas científicas, foi possível compreender o funcionamento do novo coronavírus e iniciar a produção de vacinas. O processo de vacinação foi distinto e particular em cada nação, no qual, os países capitalistas centrais, como Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e outros, foram os primeiros a promoverem a imunização de sua população.

No Brasil, esse processo inicia em janeiro de 2021, primeiramente os grupos considerados prioritários receberam a dose imunizante e atualmente a vacinação continua avançando para toda população. Salientamos a presença de desafios nesse processo de vacinação, tais como, a divulgação tardia do Plano de Operacionalização da Vacina por parte do MS e a mobilização de grupos antivacinas, que atuam internacionalmente, mas no Brasil é potencializado pelo discurso negacionista do Presidente Jair Bolsonaro que desqualifica a eficácia da vacina (BUENO; SOUTO; MATTA, 2020).

Nesse mesmo sentido e acrescentando caminhos para o enfrentamento à manifestação antivacina, Camargo (2020, p.5) aponta, “é necessário adoção de medidas legais por parte do Estado para tornar a vacinação compulsória e o combate a desinformação”. Apesar do movimento antivacina e da posição contrária do Presidente Jair Bolsonaro, a maioria da população reconhece a importância da vacina como meio para salvar vidas e estão em busca do acesso ao imunizante. A cobrança do passaporte da vacina, como comprovante de imunização para entrada em estabelecimentos e

eventos, tem contribuído para ampliar a vacinação.

Uma emergência de saúde pública, como a pandemia de Covid-19, acarreta muitos desafios para o Poder Público e sociedade. No cenário brasileiro, os desafios tornaram-se ainda maiores devido à posição contrária e negacionista do Governo federal, especialmente, do Presidente Bolsonaro que tem minimizado a importância do enfrentamento a Covid-19, com posição oposta as medidas sanitárias restritivas, incentiva o descumprimento das recomendações de saúde, defende o uso de medicamentos, como hidroxicloroquina, parao tratamento da doença sem comprovação científica de eficácia e propaga informações falsas a respeito da vacina (AQUINO, 2020).

Do mesmo modo, outro desafio identificado, desde o início da pandemia deCovid-19 no Brasil, diz respeito a subnotificação dos casos que torna inviável o real conhecimento do cenário epidemiológico dificultando o trabalho das autoridades sanitárias. Nesse sentido, de acordo com Prado et al (2020, p. 227), “os principais fatores relacionadosao problema da subnotificação no país referem-se a dificuldade financeira e operacional para realização de testes ocasionando em demora no resultado do exame”.

No que concerne a situação epidemiológica, no Brasil, conforme os dados do Painel Rede CoVida da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Bahia, até o dia 01 de janeirode 2022 o país registrava um total de 22.291.507 casos da doença, 21.567.845 casos recuperados e 619.109 óbitos pela doença (FIOCRUZ, 2021). Especificamente, no Ceará, o boletim epidemiológico divulgado pela SESA, contabiliza até o dia 01 de janeiro de 2022, umtotal de 2.585.154 casos notificados, 957.035 casos confirmados, 879.941 casos recuperados e24.806 óbitos por Covid-19 (INTEGRASUS, 2021).

A melhoria dos índices tem permitido uma maior flexibilização das medidas de distanciamento social, como reabertura do comércio, volta as aulas presenciais, presença de público nos eventos esportivos e culturais, dentre outros. Todavia, conforme alerta a OMS, é importante frisarmos que essa flexibilização não significa o fim da pandemia de Covid-19, além do mais, as variantes (Delta, Alfa, Beta, Gama e Ômicron) representam ainda um sério risco para saúde global (WHO, 2021).

É importante salientarmos que a pandemia de Covid-19 não afeta todas as pessoasde maneira igual em razão das desigualdades sociais estruturais presentes na sociedade.Portanto os grupos mais vulneráveis economicamente e socialmente estão

sendo afetados de maneira mais intensa. Nesse sentido, no tópico subsequente, discutimos sobre a categoria determinação social da saúde enfatizando sua interlocução com as consequências acarretadas pela pandemia de Covid-19 na vida da população. Compreendemos que para discutir sobre a pandemia exige-se um olhar para além das ciências biológicas, integrando também as ciências sociais.

2.3 As políticas sociais em tempos neoliberais

No tópico anterior abordamos alguns aspectos acerca da sociedade capitalista e como se deu a gênese do fenômeno vulnerabilidade social[3] em tempos contemporâneos. Na sequência, a fim de compreendermos como se constituem as ações públicas voltadas para esses sujeitos no cenário contemporâneo faz-se necessário conhecer o processo de consolidação das políticas sociais em tempos neoliberais. Para alcançarmos esse entendimento, a partir das autoras Behring e Boschetti, que são referências nos estudos sobre a categoria política social, abordaremos brevemente a história das políticas sociais no contexto europeu e brasileiro, aprofundando nossas análises seguindo um recorte para o século XX.

Em seguida, na conjuntura do capitalismo contemporâneo que está debruçado sobre as bases da lógica neoliberal financista, finalizaremos o tópico, abordando brevemente alguns pontos fundamentais para a compreensão das políticas sociais e seus respetivos impactos e avanços sofridos nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

Como já reforçamos no tópico anterior, o capitalismo contemporâneo, marcado pela mundialização do capital, traz em si o agravamento da *questão social* em tempos de *capital fetiche* (IAMAMOTO, 2008). Assim, a expansão do capital gera a reprodução ampla da riqueza produzida e nega a apropriação desta para a classe trabalhadora. Conforme Netto (2007), aqui estaria a raiz do entendimento sobre a questão social no capitalismo:

> [...] O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência dominante. A "questão social" é

[3] A vulnerabilidade social é um conceito frequente utilizado em tempos referentes as políticas sociais da América Latina. Entretanto, esse termo está articulado ao quadro conceitual complexo, porque "provoca multiplicidade de olhares e compreensões abrangendo uma discussão que privilegia diferentes contextos sociais e políticos até as questões de fragilidade individual" (TEDESCO; LIBERMAN, 2008, p. 255). Disponivel em: TEDESCO, S.; LIBERMAN, F. O que fazemos quando falamos em vulnerabilidade? Revista O Mundo da Saúde, São Paulo, v.32, n. 2, abr./jun. 2008. Acesso em: 31.03.2022

> constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se a segunda (NETTO, 2007, p.157).

Desse modo, a mundialização do capital fortalece a competitividade do mercado nas organizações e corporações empresariais em níveis globais, ocasionando a precarização, flexibilização das relações de trabalho e, principalmente, a fragilidade das políticas sociais nospaíses de capitalismo periférico.

No entanto, o desemprego que reverbera na sociedade em sua totalidade, não se dá somente por conta das novas mudanças no mundo do trabalho, do incremento da tecnologia, dabusca por mão de obra qualificada e dos meios de subsistência, mais sim da negação do capitalem reconhecer suas contradições e desigualdades que permeiam sua forma própria de ser.

A pobreza e a desigualdade, portanto, são fenômenos que permeam outras formas de sociabilidade, contudo, na ordem burguesa capitalista, caracteriza-se como um aspecto fundamental, visto ser essa resultante da propriedade privada dos meios de produção e da riqueza, que não é repartida de maneira igualitária, conformando-se, assim, como uma expressão das desigualdades. Segundo Montaño (2012):

> [...] a pobreza no MPC, enquanto expressão da “questão social” é uma manifestação da relação de exploração entre capital e trabalho, tendo sua gênese nas relações de produção capitalista, onde se gestam as classes e seus interesses. Como afirmamos, se o pauperismo e a pobreza, em sociedades pré-capitalistas, são resultado da escassez de produtos, na sociedade comandada pelo capital elas são o resultado da acumulação privada de capital (MONTAÑO, 2012, p. 280).

Desse modo, as desigualdades presentes na atual conjuntura fortalecem as características fundamentais do MPC, na qual o Estado passa a ser um mero regulador da classeburguesa, mediante a exploração da classe que vive do trabalho. Segundo Montaño (2012, p. 279) “Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza éexpropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital)”, isto é, não é a insuficiência que reproduz a pobreza.

É no contexto de precarização do trabalho e empobrecimento da classe trabalhadora quea sociedade se reestrutura nas bases do neoliberalismo, que tem como principais características a livre circulação do mercado, a radicalização do individualismo, a liberdade e a minimização do Estado (MARTINS, 2009). Desta forma, a *livre circulação do mercado* consiste na ideia deque é o mercado o único regulador

das relações entre economia, política e instituições; o *individualismo* possui maior relevância na organização da sociedade e compreende que o indivíduo é um "ser livre" capaz de defender seus próprios interesses e escolhas; a noção de *liberdade* é o pilar central do neoliberalismo, funda-se no poder supremo ou natural de cada pessoa de agir de acordo com seus interesses, garantindo o funcionamento da vida, lucro e propriedade (MARTINS, 2009); a *minimização do Estado* consiste na prerrogativa de reformulação do papel do estado, em que este se encontra limitado a fazer interferências nas relações de mercado, devendo garantir a paz, a liberdade e a defesa da propriedade privada.

> A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de "diminuir" o Estado e cortar as suas "gorduras" justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. [mas] é claro [que] oobjetivo real do capital monopolista não é a "diminuição" do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um "Estado Mínimo", o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Desse modo, partindo do ponto de vista das relações de exploração entre capital e trabalho e das reformulações pelas quais o Estado passa, compreendemos que a origem das políticas sociais e as bases de fundamentação dos padrões de proteção social advém do enfrentamento das desigualdades sociais postas pelo contexto capitalista nas tensões entre capitalistas e trabalhadores.

Não há como mensurar com precisão a época do surgimento das primeiras ações da política social, no entanto, se concebem ao longo dos movimentos de ampliação do capitalismo, permeado pelo auge da Revolução industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento estatal. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Ainda de acordo com as autoras, o período de *generalização* das políticas sociais surge na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, após a 2ª Guerra Mundial, período conhecido como *Welfare State*[4]. Antes disso, as *protoformas* das políticas sociais são marcadas por legislações que buscavam somente garantir a ordem e a punição, e não a proteção[5]. Com o esgotamento do estado de bem-estar social europeu,

[4] Conhecido como *Estado de bem-estar social*, de acordo com Behring e Boschetti (2008): "Materializado pela assunção ao poder de partidos social-democratas, institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para a expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego." (BEHRING; BOSCHETI, 2008, p. 92).

[5] Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos artesões (1563), Lei dos pobres elisabetanas (1531-1601), Lei de Domicílio (1662), Speenhamland ACT (1795) e Lei Revisora das leis dos pobres (1834).

diante de uma nova crise do capital que se acenava, as ideias do liberalismo clássico são retomadas numa nova roupagem, agora denominada de *Neoliberalismo*, o qual já apresentamos no início desse tópico.

No Brasil, devido a sua particularidade histórica, a trajetória das políticas sociais ocorrede forma diferente dos países de capitalismo central. Não nos aprofundaremos nessa discussão, visto o limite próprio desta produção científica, mas cabe trazer brevemente um contexto histórico. O advento, aqui, ocorreu a partir da luta de classe, na correlação de forças entre burguesia e proletariado, quando este lutava pela legitimação dos direitos civis, políticos e sociais. Assim, as políticas sociais emergem no Brasil a partir dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, direcionadas ao controle, disciplinamento e ajustamento da classe trabalhadoraao processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro. As ações do Estado eram fundamentadas nas ideias de tutela e favor (BEHRING; BOSCHETTI 2008, p.78-79).

No período da ditadura militar, entre os anos 1964 e 1984, a política social seguirá o formato do tripé conhecido como bloco Militar-Tecnocrático-Empresarial, estrutura de alianças[1]que segundo, Behring e Boschetti (2008) sustenta esse período e é formado pelo poder dos militares, das relações empresariais que vão influenciar na reforma do Estado e na sua modernização e tecnificação que conformará também as políticas sociais nesse período.

A partir da organização das lutas sociais no processo de redemocratização do Brasil foipossível retomar e consolidar as pautas da classe trabalhadora. Os anos 1980 demarcam o período de generalização das políticas sociais no Brasil, tendo em vista que nesse momento vivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que pauta os direitos sociais sob uma ótica universal. Desde então, materializar esses direitos sociais tem sido pauta dos movimentossociais no Brasil diante da ofensiva neoliberal e, atualmente, ultraneoliberal.

Vale ressaltar que até antes desse período de consolidação das políticas sociais no Brasil,as intervenções junto à população em vulnerabilidade social eram realizadas prioritariamente pela caridade e pela filantropia, demarcadas por ações descontínuas e individuais, que não expressam uma análise das particularidades que levam as pessoas a esta condição (NOGUEIRA, 2014, p. 93). Além disso, a autora ressalta também o

[1] (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 42-43).

processo de criminalizaçãoda pobreza que sempre relegou às camadas populares a características de classes perigosas, levando a uma intervenção feita como caso de polícia. Esses tipos de intervenção existem até hoje e fazem parte do conjunto de ações da sociedade civil voltadas para a população que sobre pelas condições sociais.

Portanto, a implantação das políticas sociais no Brasil se dá no contexto da organização e mobilização das lutas da classe trabalhadora, dada as contradições fundantes do sistema capitalista. É nessa contradição inerente ao capital que surge a expectativa do Estado como mediador das relações capital-trabalho, de maneira a minimizar as expressões da questão sociale garantindo a proteção social. Entretanto, o Estado atua como um instrumento do capitalismopara manter o controle do proletariado e dos conflitos deste com a burguesia.

A luta da classe trabalhadora expôs na íntegra a questão social, na qual os trabalhadoresreivindicavam melhores condições de trabalho e meios que garantissem seu sustento. Assim, aslutas grevistas da classe trabalhadora pressionavam a burguesia a atender seus interesses atravésde marcos legais e formais (BEHRING; BOSCHETI, 2008, p. 55). É a partir da organização, mobilização e cooperação dos trabalhadores na busca da garantia de seus direitos sociais que as políticas sociais passam a ser reconhecidas legalmente. Nesse âmbito, o Estado busca reorientar suas ações frente ao capitalismo, principalmente, no século XX.

Mediante o exposto, as políticas sociais e o Estado se encontram na linha de frente da ideologia neoliberal que contribui para diversas reformas estruturais do século XXI, especialmente, no Brasil. As seguintes reformas são: na previdência, trabalhista, sindical e a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241. Assim, essas ações implicam o fortalecimento e o controle do capital. Seguindo-se essa ordem, iremos destacar o cenário das políticas sociaisno governo Lula, Dilma e Temer, Bolsonaro.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, teve iníciono dia 1º de janeiro de 2003. Seu partido, de base de esquerda, trouxe mudanças significativasno decorrer de seu mandato. Inicialmente, suas intervenções se voltaram para a gestão das políticas sociais voltadas para as políticas de transferência de renda e para proteção social da classe mais pobre, repercutindo num quadro social e econômico significativo no Brasil.

De fato, o principal objetivo do governo Lula consistia em reduzir a dimensão da pobreza e desigualdade, promovendo a retomada de crescimento do capital. Assim,

surge projetos voltados para a área social, de maneira a efetivar programas e ações para o público demenor renda. Dentre eles enfatizam-se: o Projeto Fome Zero, a Política Econômica e reformasestruturais e o Bolsa Família, destaque da política social, iniciado no ano de 2004.

De acordo com Nogueira (2014, p.102), a era Lula ocasionou uma consequência paradoxal no governo Dilma, pois possibilitou o acesso da população a bens de consumo, rebatendo principalmente a elite burguesa brasileira, no sentido de que a classe que antes se viacomo pobre começa a migrar para a desenvolvimento de uma classe média, passando a ter acesso a bens e serviços que antes só a classe burguesa possuía. Esse fenômeno político ficou conhecido como a era do *lulismo*[6].

Na continuação das inovações do mandato anterior, temos o governo sob o comando deDilma Rousseff, a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil, em 2010. Seguindo as açõese metas do seu antecessor, Dilma continuou com o mesmo propósito direcionado para a retiradadas pessoas da miséria, mas durante sua trajetória política ocorre um golpe no ano de 2016 exigindo a renúncia de seu cargo.

Após o impeachment de Dilma, o Brasil é comandado por seu vice-presidente, Michel Temer, a partir do segundo semestre do ano de 2016. O governo de Michel Temer, com base ultraneoliberalismo, retomou profundos retrocessos conquistados ao longo dos anos. Em poucotempo, Temer decretou o fim dos ministérios da mulher, da igualdade racial, da agricultura e dos direitos humanos, que garantiam a inclusão social dos cidadãos. Em um segundo momento, aprovou-se a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241, que visou o congelamento dos gastos públicos durante vinte anos, afetando diretamente as políticas sociais fundamentais, como a política de saúde, educação, assistência social e previdência social.

Atualmente, o Brasil está sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, um presidente que exerce práticas ultraneoliberais extremas acentuadas pelo conservadorismo demarcado por machismo, homofobia e racismo, que o próprio presidente exibe constantemente, seja nas suasredes sociais, seja em rede nacional

[6] Conforme Singer (2006): “O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante,tanto social, quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital”. (SINGER, 2006, p. 8).

televisiva. Um governo que constantemente hostiliza as políticas públicas está aliado ao fortalecimento da dominação e exploração do capitalismo que tem como seus representantes, no Brasil, grandes empresários do agronegócio, das religiões mais fundamentalistas e, ainda, relação obscura com a milícia do Rio de Janeiro[7]. Seu governo, marcado pela instabilidade, massacra a classe trabalhadora e diminui os investimentos para as políticas socias. Seu único objetivo é defender os próprios interesses econômicos e políticos sob a supremacia de poder.

Todas as políticas sociais estão sendo afetadas por esse governo. Bolsonaro, que foi eleito sem nenhum projeto de governo consolidado e voltado para o enfrentamento dasrefrações da questão social no país, deixa sua marca a partir de índices alarmantes no aumento da pobreza[8]. A Política de Assistência Social – PNAS, na qual repousa as intervenções voltadasà população em situação de extrema pobreza, foi intensamente atacada. É nessa conjuntura que se encontramas bases de "exclusão social" e desigualdade social que afetam amplamente a população em vulnerabilidade social que tem seus direitos violados mediante a conjuntura atual. A seguir, explanaremos sobre a Política Nacional de Assistência Social – PNAS no cenário contemporâneo da cidade de São Luís/MA.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA PNAS E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS: UMA DISSUSSÃO ACERCA DOS BENEFICIOS EVENTUAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA NO CRAS JANAINA/MA

Neste tópico apresento a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que foi aprovadas num cenário extremamente controverso. A PNAS emerge em meio a debates, tendo como principal objetivo organizar e explanar as ações da assistência social em busca do redireccionamento dos equipamentos da rede sob

[7] De acordo com site The Intercept Brasil, que vem se destacando nas investigações que mudaram os rumos da Operação Lava Jato e do Caso Marielle Franco, em uma de suas notícias, publica: "Flávio Bolsonaro [filho de Bolsonaro e senador da república] financiou e lucrou com a construção ilegal de prédios erguidos pela milícia usando dinheiro público. É o que mostram documentos sigilosos e dados levantados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro aos quais o Intercept teve acesso. A investigação preocupa a família Bolsonaro – os advogados do senador já pediram por nove vezes que o procedimento fosse suspenso. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/>. Acesso em: 27 maio2020. Em outra notícia, o site publica sobre as relações de Flávio Bolsonaro com um miliciano, acusado de ser o assassino de Marielle Franco. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>. Acesso em: 27 maio 2020.

[8] Falcão (2019), na notícia intitulada: "Governo Bolsonaro aumenta desemprego no país.", cita que, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de 2018, a taxa de desemprego no país era de12,3%; com Bolsonaro no governo o desemprego subiu para 13,6% e atingiu 14 milhões de trabalhadores.

assistencial. Com a implantação da PNAS foi possível a criação das outras políticas de cunho socio assistencial.

Ainda friso o governo Bolsonaro, aonde obtivemos uma pandemia aonde foi preciso a reformulação a politica de assistência de maneira incônsia para mininazar de maneira indireta a propagação da pandemia do covid-19 para efetivação da política em rede, direcionando os dirigentes para a aplicação dos princípios, diretrizes e objetivos instituídos para execução de uma Política em questão. Foi então que esse público passou a ter sua visibilidade garantida em termos legais, tendo acesso aos serviços ofertados pelos equipamentos socio assistenciais na efetivação dos seus direitos.

3.1 A implementação da PNAS e sua efetivação

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi constituída pela Resolução n° 145/2004 através do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, fruto de debates em todo o país. A presente política pública está dividida em um sistema de proteção social brasileiro introduzido no âmbito da seguridade social e subdivida sob o tripé: saúde, previdência social eassistência social. A PNAS inicialmente se organizou através das ações da Norma Operacional Básica dirigida ao Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2005), da Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos – NOB/RH (2006) e da formação do Ministério dedesenvolvimento e Combate à Fome – MDS (2004), em conformidade com a gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), que prevê o cumprimento de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais para a populaçãousuária (NOGUEIRA, 2014, p. 28).

Conforme a PNAS (2004), os serviços executados na assistência social estão reconhecidos na *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, respaldados pela Resolução n°109/2009 elaborada pelo CNAS. O seguinte documento descreve e organiza os serviços socioassistenciais em esfera nacional, divididos entre dois níveis de proteção social: *Proteção Social Básica – PSB* e *Proteção Social Especial – PSE* (NOGUEIRA, 2014, p. 30). Conforme a autora:

> A PSB possui caráter preventivo na qual suas ações se constituem na busca de meiospara evitar o agravamento de situações de risco social, as seguintes ações são ofertadas através do equipamento Centro de Referência da Assistência Social – CRAS ofertando os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (NOGUEIRA, 2014, p. 29).

Em prosseguimento, temos a PSE, que atua diretamente nas questões da violação de direitos dos usuários. Está subdividida entre *Média Complexidade* e *Alta Complexidade*. Aquela é direcionada a indivíduos e famílias que se encontram com seus direitos violados pela ocorrência de violência, negligenciada e com o afastamento do convívio familiar. Já a *Alta Complexidade* se volta para o acolhimento de pessoas com vínculos familiares já rompidos e fragilizados ou sob ameaça. (NOGUEIRA, 2014, p. 30).

Em suma, a PNAS (2004) só se consolidou no São Luís a partir do ano de 2007, apósa criação da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. “Essa data é emblemática, porque marca um fato histórico importante, não só a nível local, como nacional: São Lúis foi aúltima capital brasileira a criar uma secretaria específica para a execução da política de assistência social” (OLIVEIRA, 2013, p. 52). Desta forma, a SEMAS representou um marco importante para a construção e implementação de serviços de acolhimento.

O objetivo da PNAS é o atendimento às questões fundamentais relacionadas a uma parcelada população que faz das ruas seu espaço de proteção social. Sendo assim, a respectiva política foi instituída através da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), tendo como objetivo garantir a proteção social e o acesso aos direitos sociais fundamentais para quem dela necessita (NOGUEIRA, 2014, p. 27). Ainda conforme a referida autora:

> A PNAS pode ser considerada o pilar da proteção social que perpassa por todas as políticas públicas sociais: educação, saúde, previdência, habitação, segurança alimentar e nutricional, emprego e renda, como também as políticas sociais que se fragmentam de acordo com um público alvo específico e que se destinam à defesa dos direitos humanos: mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência,população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT, negros. (NOGUEIRA, 2014, p. 27).

Desse modo, a Política Nacional de Assistência Social está englobada no cenário econômico, político e social. Seus respectivos avanços possibilitaram a construção e efetivação dos benefícios eventuais. Todas os benefícios eventuais regem e orientadas através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS de forma *descentralizada*, juntamente com os entes federativos: Estado, Município, União e Distrito Federal, garantindo o acesso e construção da rede. (NOGUEIRA, 2014, p. 28).

Nesse sentido, o Estado direciona ações para esse público, viabilizando o acesso aos direitos e a proteção social aos que se encontram pobres e vulneráveis na sociedade. Dentre osmarcos legais, temos a Constituição de 1988, a efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social

– LOAS (1993), a construção da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), efetivada através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e o decreto presidencial de N° 7.053/2009, que foram peças fundamentais na implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em termoslegais.

Desse modo, para garantir a expansão, a mobilização e a execução dos serviços prestados à população, cria-se uma rede de equipamentos socioassistenciais para atender às demandas postas por esses usuários, garantindo a promoção da cidadania e o acesso aos seus direitos sociais, civis e políticos.

3.2 Benefícios eventuais em tempos de Covid-19: uma discussão necessária

Tendo em vista a disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) e sua total propagaçãomundial, passa-se a requerer em âmbito federal, estadual e municipal a reorganização e potencialização das ações incorporadas ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS e ao Sistema Único de Saúde – SUS, de maneira a garantir o atendimento regular à população que se encontra em estado de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, torna-se sobremaneira necessário o fortalecimento de medidas preventivasà saúde daqueles que se encontram em situação de rua. Conforme portaria n° 54/2020, é necessário que o trabalho em rede entre os equipamentos socioassistenciais e a equipe da saúdeseja ofertado, a fim de que as ações preventivas alcancem a população em situação de rua. A portaria ressalta que:

> Deve-se assegurar a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social voltados ao atendimento da população mais vulnerável e em risco social, observando-se medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. Estas medidas devem abranger o funcionamento do SUAS como um todo, incluindo a gestão e a rede socioassistencial, pública e privada. O cenário de Emergência em Saúde Pública exige esforços sinérgicos, ainda,entre Sistema Único de Saúde - SUS e SUAS, para a ampliação do bem-estar e dasmedidas de cuidados integrais com a saúde da população mais vulnerável (BRASIL, 2020, p. 2).

Nessa circunstância, o trabalho em rede deve ser realizado de maneira

colaborativa entre SUAS e SUS, em cada território. Ambas as ações devem estar estruturadas nas recomendações do Ministério da Saúde e da Cidadania, visando a proteção da população mais vulnerável e incluindo medidas que previnam a disseminação e o alívio dos impactos do Covid-19.

Os Serviços devem ser ofertados enquanto medidas de prevenção e minimização dos riscos, reduzindo as aglomerações na rede de equipamentos socioassistenciais, além de contribuir para o isolamento social, de forma a assegurar a saúde de todos. Conforme “Nota Técnica: Recomendações para a atendida pelos CRAS”, do Governo Estadual do Maranhão:

> Os diferentes serviços devem compartilhar informações, revisar os planos intersetoriais, junto com as lideranças locais do movimento social das Pessoas em Situação de vulnerabilidade e risco social e com entidades da sociedade civil que prestam serviços a esse segmento e, sobretudo com as autoridades locais de saúde pública com o objetivo de colaborar com a proteção de sua equipe e usuários (MARANHÃO, 2020, p. 4).

A partir do trabalho em rede, é possível averiguar e estabelecer os encaminhamentos feitos pela rede socioassistencial para a rede de assistência, verificando a população que se encontra com casos ou suspeitas de Covid-19 e assegurando informações sobre os cuidados a serem tomados para evitar a propagação e transmissão do Coronavírus.

Dessa forma, os benefícios eventuais, ofertadas no âmbito da Assistência Social, foram designados as famílias em situação de risco social e vulnerabilidade sendo uma modalidade de auxílio emergência destinado as famílias de baixa renda; auxilio gás aos beneficiários inclusos no Bolsa Família, sendo hoje substituído pelo Auxilio Brasil; cestas básicas na mesma seletividade que o anterior beneficio e dentre outros (PEREIRA, 2010).

Além dos das orientações e encaminhamentos, deve ser oferecida a abrangência de acolhimento a esses usuários, de modo a orientá-los sobre a importância do isolamento social e sobre a viabilidade de seus direitos. De acordo com a Portaria n° 54/2020, os equipamentos de atendimento à população devem se manter abertos, com a ressalva de que cada localidade se mantenha atenta à demanda de casos ao seu redor e reorganize as tarefas, tendo em vista o que deve ser intensificado (como é o caso das tecnologias e ações remotas que evitem aglomerações) e suspenso (à exemplo de cursos, formações, eventos etc.).

Em concordância com as ações implementadas, o Governo do Estado do Maranhão estabelece o “Plano de Contingência Intersectorial para Pessoas em situação de Risco Social e Vulnerabilidade no Contexto da Covid- 19”. Este é um documento que dispõe de estratégias intersectoriais entre assecretarias do governo do estado com o propósito de reduzir os riscos de infeção para as pessoas em situação de pobreza. De com o texto, as seguintes secretarias devem estar envolvidas nesse processo:

> A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Maranhão, Secretaria das Cidades do Estado do Maranhão (SESA),Secretariada Educação do Estado do Maranhão, Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura do Estado do Maranhão e estão balizadas pela legislação do Sistema Único de Saúde, pela Lei Estadual nº 17.194 de 27 de março de 2020, art.13, que autoriza o poder instalar equipamentos para higienização em logradouros públicos, mantendo-o enquanto perdurar o Estado de Emergência decretado em virtude da pandemia do Corona vírus - Covid-19 (MARANHÃO 2020, p. 3).

Assim, as recomendações feitas pelo Plano Intersetorial, juntamente com o trabalho em rede das secretarias é garantir meios de acolhida, informação, monitoramento e acompanhamento da população em situação de calamidade publica, na intenção de conter a disseminação acelerada da pandemia. Em suma, as recomendações do Plano Intersectorial são: 1) Instalar equipamentos para acolher os usuários que estão sem moradia convencional propiciando o isolamento social em escolas e instituições; 2) Garantir e disponibilizar vagas no programa de locação social para que esses indivíduos possam evitar infecções e propagação do vírus; 3) Assegurar o acesso à higienização para que a possa evitar risco de contaminação de *Covid*-19; 4) Conceder cestas básicas; 5) Disponibilizar acolhimento em unidades terapêuticas, de modo a atender as necessidades da população que se encontra dependentes de substancias psicoativas; 6) Viabilizar alimentação e hidratação para a garantindo assim condições saudáveis, dentre outras recomendações (MARANHÃO, 2020, p. 4-5).

Diante disso, podemos considerar que a pandemia está intrinsecamente ligada às desigualdades existentes no atual contexto capitalista, expondo os limites dessa sociedade, visto que, os menos favorecidos estão sujeitos a maiores riscos de contaminação e mortalidade por não ter acesso, muitas vezes, aos serviços de saúde, à alimentação saudável, à higienização necessária, à moradia, dentre outros aspetos relacionados à proteção e prevenção.

A disseminação e os impactos do Covid-19 afetam a sociedade brasileira como um todo, principalmente, quando somado às condições desiguais em que vivem as situações de pobreza, por estarem mais suscetíveis a contrair o vírus. Em meio às

evidências de aumento dos números de casos da doença, a população em questão se depara com a falta de estruturação dosserviços das políticas sociais, com a ausência de investimentos em estratégias de combate ao Coronavírus, dentre outros elementos que efetivem as expectativas de vida e de sobrevivência das pessoas que residem nas ruas.

Em síntese, temos a frágil intervenção do Estado junto a essa parcela da população, bemcomo as divergências nas ações implementadas que não chegam para todos devido à falta de acesso à informação, o que dificulta cada vez mais o trabalho em rede com as demais políticas sociais, ou seja, coabitamos com um atual contexto de precarização e fragilidade em meio ao Covid-19.

Nesse atual contexto, o governo de Bolsonaro vem apresentando uma série de contradições que dificultam ainda mais o enfrentamento da pandemia, visto que o mesmo se contrapõe ao isolamento social, opinião que provocou um descompasso nas ações federais, estaduais e municipais, pois, os governadores e prefeitos adotaram a estratégia do isolamento social, enquanto o presidente impulsionou encontros com seus eleitores nas ruas, promovendoaglomerações e aumentando potencialmente os riscos de contágio.

Além disso, efetuou trocas sucessivas de ministro da saúde, deixando o cargo vago por inúmeros dias em meio a uma crisesanitária global. Segundo Bolsonaro, as medidas de isolamento social, quarentena e lockdown[17] são frívolas por afetarem diretamente a economia do país. A partir disso, faz-se visível o contexto preocupante e alarmante vivenciado pelo Brasil, reforçado por um presidente que visainteresses e bens favoráveis a si e aos grandes CNPJs, beneficiando terceiros que fazem parte da sua milícia.

O governo atual possui também características que fazem apologia à violência e à opressão, na defesa do retorno da ditadura militar, marcada por torturas, agressões e mortes, o que contribui para o apoio da defesa de um Estado a favor da violência. (CEMFLORES, 2019, p. 83). Assim, percebe-se que o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, em meio a um cenáriode crise econômica, política e social, mantém sua postura de irresponsabilidade sobre a saúde pública e privada. Mediante o exposto, temos um governo genocida[18] que não se preocupa coma vida de milhões de brasileiros, sendo contra as orientações e ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca dos cuidados a serem seguidos diante do Covid-19.

4 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO CAMPO DOS DIREITOS SOCIAIS NO CRAS JANAINA EM SÃO LUÍS/MA

O percurso teórico metodologico realizado até aqui buscou compreender os aspectos sócio históricos que envolvem a categoria do surgimento da categoria beneficios eventuais da Assistência Social, bem como os determinantes sociais que perpetuam no cotidiano dos usuários atendidos e suas repectivas respostas dadas pelo Estado através de Políticas Públicas às demandas apontadas pelos movimentos sociais. Em seguida, entramos em contato com a realidade da atuação dos beneficios no CRAS Janaina, equipamento que materializa a Política Pública voltada a essa população no município de Fortaleza.

A realização de visita e entrevistas com uma profissional de Serviço Social do referido equipamento foi a maneira encontrada para compreendermos a intervenção deste profissional nesse espaço no cenário contemporâneo. Na oportunidade, buscamos conhecer também a estrutura física e a dinâmica de funcionamento do ambiente. Ademais, nos debruçaremos, neste último tópico, sobre os resultados obtidos nas entrevistas, destacando o olhar da entrevistada. Levando em consideração as normas da pesquisa acadêmica e a dimensão ética, será mantido o anonimato dos participantes.

A entrevista denota que tem 35 anos, união estável, heterrosexual , possui religião indefinida: “prefiro ter minha fé individual” (sic.) e assistente social do CRAs Janaina. Relatou ter ingressado no meio acadêmico, como graduando em Serviço Social no ano de 2009, concluindo em 2013. Disse possuir duas pós-graduações.

Seguindo os passos do roteiro de entrevista, em relação aos benefícios eventuais, os primeiros questionamentos foram acerca do entendimento da assistente social sobre o que é e quais são os benefícios eventuais na Política de Assistência Social. Foi constatado que a profissional possuía um claro entendimento desse assunto, de acordo com a própria política, em questão.

Em geral, os benefícios eventuais foram considerados como direitos sociais a serem garantidos pelo Estado, definidos como provisões para o atendimento das necessidades mais urgentes dos usuários, em caso de morte, nascimento, vulnerabilidade temporária e calamidade pública; e os benefícios existentes, garantidos pela LOAS são o auxílio natalidade e auxílio funeral. De acordo com a entrevistada:

> Os benefícios eventuais, como o nome já diz, são provisórios, não continuados, que atendem a algumas necessidades básicas dos usuários, como por exemplo, acessórios indispensáveis para um funeral, como a urna, o kit essencial para o nascimento de uma criança, como banheira e mamadeira. Apesar dos benefícios eventuais apresentarem um perfil socioeconômico para sua provisão, é um direito garantido em lei e devem ser respeitados pelos órgãos responsáveis (Entrevistada 1).

O questionamento seguinte foi a respeito dos instrumentos utilizados na provisão dos benefícios eventuais, e de como se organizava essa atividade. Sintetizamos através de sua fala que, primeiramente, era realizado o atendimento social com o preenchimento do perfil social da família, em uma ficha padronizada que possui quadros de informações pessoais básicas, como o perfil sócio econômico, a composição familiar e um espaço para a solicitação do benefício e breve apreciação sobre o que foi informado pelo usuário.

No verso do instrumental, há itens relacionados às condições de moradia, abastecimento de água e energia elétrica, acompanhamento de saúde, e um espaço para considerações da visita domiciliar. Após realizada visita, um relatório era elaborado e, posteriormente, enviado à Secretaria com o parecer técnico do assistente social responsável. Se o benefício fosse liberado, era encaminhado à residência da família, com as devidas orientações de acordo com cada caso e o preenchimento de um recibo, comprovando que a família havia recebido o benefício.

O próximo questionamento foi direcionado a provisão dos benefícios eventuais no DAS, se era realizada de acordo com as legislações responsáveis pela sua regulamentação, como a LOAS e a PNAS. Todas as entrevistadas responderam que não são garantidos em sua totalidade e nem cumprem suas atribuições, visto que a maioria dos usuários que solicitaram os benefícios, não é contemplada com seus direitos. Como afirma a Entrevistada 1:

> No que eu tenho visto nesses anos de profissão, essa regulação não tem sido realizada, por que muita família não tem acesso a esses benefícios. Elas vão ao setor em busca de serem atendidas, mas não tem benefício no nosso Distrito. Existe uma grande demanda reprimida a espera do seu atendimento imediato (Entrevistada 1).

Seguindo essa lógica da não provisão do benefício, devido à escassez deste na instituição, questionamos quais as estratégias utilizadas nos atendimentos quando não havia um benefício eventual para atender a solicitação do usuário. Chamou-nos atenção, da entrevistada que afirmaram encaminhar o usuário à Ouvidoria da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Ministério Público, visto que os benefícios eventuais são benefícios garantidos em lei e devem ser efetivados.

A interlocutora disse que explicava a situação da falta do benefício, que é um direito a ser garantido, e realizavam a escuta qualificada ao usuário e sua família, fazendo as orientações e os encaminhamentos cabíveis ao atendimento, como exemplo, a inserção do usuário no cadastro único, se necessário, ressaltando que existem outros benefícios além do Auxílio Brasil. Uma delas relatou que se sentia incompreendida:

> Olha, eu sempre tentei explicar aos usuários o motivo de não ter o benefício, mas alguns ficam revoltados, como se a culpa fosse da instituição, ou então colocavam a culpa nos governantes. É complexo até pra nós que entendemos um pouco de como se organizam os gastos da política de assistência, imagina pra eles. Muitas vezes fiquei frustrada, de sempre ver aquelas famílias receberem não (Entrevistada 1).

.

Em relação ao usuário, comprovou-se que a opinião dela sobre o significado dos benefícios eventuais para os usuários do CRAS Janaina, e se através da provisão dos benefícios, é possível contribuir para a autonomia destes. Apenas uma assistente social declarou que essa provisão possibilita um avanço na autonomia dos usuários:

> Os benefícios devem estar previstos e certos dentro do orçamento e planejamento da política, pois é um direito do cidadão. A provisão dos benefícios eventuais da uma possibilidade de autonomia, pois a partir do momento que o usuário tem o seu direito assegurado é um passo para ele garantir a sua cidadania (Entrevistada 1).

É perceptível, dentre a vivência e opinião da entrevistada, a falta de conhecimento por parte do usuário de seus direitos. Foram-nos apresentados, alguns casos de usuários que queriam dar recompensas pelo atendimento e pela provisão do benefício. É uma antiga marca cultural que ainda prevalece no senso comum, devido aos moldes clientelistas que fizeram parte da política por muito tempo. Vejamos:

> Na minha opinião, eles não compreendem o real sentido dos benefícios eventuais, muitas vezes eles vão a instituição desacreditados de seus direitos. Eles não sabem que esses benefícios tem um caráter provisório, pois eles sempre estão necessitando desses benefícios, principalmente os referentes a alimentação. Como se pode ter autonomia, se não tem nem o que comer? (Entrevistada 1).

Acerca das condições de estrutura do equipamento, o entrevistado 1 relata que as salas de atendimento são duas, nas quais os profissionais se revezam para realizar os atendimentos. Essa é a maneira que encontram para oferecer o mínimo de conforto possível durante a escuta, o que demonstra a precarização a qual nos aponta Netto (2011), em que os profissionais passam por desafios diariamente em sua intervenção

profissional diante do contexto neoliberal que fragiliza as Políticas Públicas. Ainda assim, os profissionais não conseguem garantir total sigilo, especialmente, porque sua sala é ao lado da recepção e a parede que as separa é frágil. Quando há necessidade de discutir algo mais sério, utiliza-se a sala do auditório, que também é dividida com os outros órgãos

Não vêem os benefícios como direito. Acreditam que é atribuição garantir, mas que se não der certo é uma pena. Ou seja, não apresentam caráter de direito, que deve ser garantido. Por isso, existe esse déficit na implementação. Por que a população não cobra e os profissionais, sujeitos as artimanhas do capital, não orientam devidamente o que se pode e se deve fazer (Entrevistada 1).

> Olha, não vou responder nem que sim, nem que não. Os benefícios eventuais apresentam esse caráter de resolver o emergencial. É uma morte de um familiar que não pagava plano funerário, uma gestante que não tem condições de arcar com as necessidades iniciais do seu bebe, da família que foi vitima de uma calamidade publica ou mesmo, de grande miséria. Situações emergenciais que merecem ser analisadas. A autonomia, ela é uma tarefa mais complicada de ser efetivada. A ideia de autonomia existe na maioria da pessoas. Mas como ser autônomo, no sentido literal da palavra, se meus direitos são negados? Os direitos essenciais, tais como alimentação, moradia, lazer, educação, trabalho, e por se dizer, os direitos básicos do homem. A autonomia do homem é também direito do homem e deveria ser dever do Estado. Mas o Estado nessa lógica do capital jamais funcionaria fazendo com que seus cidadãos, não autônomos, independessem da necessidade que possuem (Entrevistada 1).

Outro questionamento importante foi a respeito das legislações relacionadas aos benefícios eventuais, questionamos se elas tinham conhecimento de outra regulamentação além da LOAS, PNAS e o SUAS. Das seis entrevistadas apenas uma não soube responder, as outras cinco nos relataram sobre a Resolução nº 212 do CNAS, que dispõe o respaldo legal dos benefícios eventuais, prazos para requerimento, bem como a regulamentação da sua provisão e co-financiamento realizados através dos Estados e Municípios. Como afirma a entrevistada:

> Tenho conhecimento da resolução de número 212 do Conselho Nacional de Assistência, que fala sobre a regulação dos benefícios eventuais, como um direito garantido em lei, também fala a respeito dos prazos e do co-financiamento. Eu lembro muito bem de uma parte que me chamou atenção nessa resolução, que foi a respeito do usuário, quando é comprovada a necessidade para a provisão do benefício, é proibido qualquer constrangimento ao usuário (Entrevistada 1).

Seguindo esse tema que referencia os benefícios eventuais, perguntamos sobre a articulação entre os serviços e os benefícios socioassistenciais, como se dá esse vínculo e se o DAS realizava essa articulação. Em geral, as assistentes sociais declararam que não existia essa inter-relação no Distrito, pois ela só pode acontecer através do acompanhamento familiar realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento

Integral à Família – PAIF nos CRAS, de acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda.

Vale ressaltar que essa sensibilidade é adquirida pelo profissional em sua formação e consta no Código de ética da profissão como um dos princípios: “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito e a diversidade [...]” (BARROCO, 2012). O mesmo compreende que, para garantir minimamente esses direitos, precisa-se ter o conhecimento necessário.

Só é possível quando há uma aproximação da equipe técnica com a demanda da instituição, através de visitas cotidianas, entrevistas, formações de grupo, ou seja, um acompanhamento efetivo com as famílias. Dessa forma, a provisão dos benefícios estaria de acordo com a PNAS, sendo realizada por meio de um contexto social e econômico, não apenas pela necessidade urgente do usuário. Como expuseram a interlocutora:

> Essa realidade só pode acontecer se as famílias fossem inseridas no acompanhamento e nos serviços do CRAS. A ideia de superação da pobreza está sendo amplamente disseminada. Os benefícios eventuais são temporários e não contínuos. A ideia seria conceder o beneficio, em virtude da necessidade imediata e tentar direcionar essas famílias ao emprego, para que possam suprir suas necessidades. Não somente as básicas. E a inserção nos serviços da assistência afirmariam esse processo. Visto que através derodas de conversas, encaminhamentos e acompanhamentos as famílias seriam incentivadas a buscar melhorias de vida, o fortalecimento de vínculos e a garantia dedireitos, dentre eles o direito ao trabalh. Na configuração do DAS não há como fazer essa articulação, pois não temos atribuiçõespara isso, não existe o PAIF e nem serviços de convivência a nível da política, somenteatravés do CRAS. No CRAS Janaina, nós fazemos um acompanhamento mínimo as famílias. Não dispomos de recursos necessários para isso. Precisamos de uma estrutura equipada com material sócio-educativo, pedagógico, recursos humanos suficientes para atender toda a demanda com qualidade (Entrevistada 1).

Essa discussão, nos leva a outra fundamental para o entendimento deste trabalho, que é a perceção da assistente social sobre a provisão dos benefícios eventuais no CRAS Janaína. Obtivemos dois esclarecimentos a esse respeito, que é opinião a favor da provisão, como destacamos nas falas seguintes:

> São necessários. Existem sim famílias em situação de miséria, que não possuem condições de suprir suas necessidades. Essas são as famílias que deveriam ser abarcadas pela Assistência Social. As que necessitam. É senso comum que quando se ajuda pobre se incentiva a preguiça, o ócio. No entanto, pouco se sabe sobre a origem da questão social e do incentivo do capitalismo a pobreza, ao exército de reserva, dentre outros. Ou seja, a pobreza é necessária à manutenção do capitalismo.E como sobreviverão os pobres? A provisão dos benefícios deve ser realizada juntamente com o acompanhamento dousuário e sua família através da equipe multiprofissional do CRAS e a participação do mesmo nos serviços socioassistencias ofertados pelo CRAS. No entanto, os usuários que estão em áreas descobertas pelos CRAS necessitam dessa provisão de benefícios, pois são solicitações imediatas que precisam ser atendidas, e a única saída era recorrer ao prioprio CRAS Janaína . Então eu acho que nesses casos a provisão é necessária

(Entrevista 1).

Também, existe a opinião contrária a essa provisão no CRAS Janaina, defendendo a ideia de que essa atividade deve ser referenciada pela equipe técnica do CRAS, que deve incluir a demanda nos serviços, objetivando a autonomia e emancipação do usuário na Política de Assistência Social, como afirma a entrevistada 1:

> Hoje com o meu entendimento de política eu acho que não deve ser concedido fora do CRAS, porque o usuário não vai ter a visibilidade da Política de Assistência Social e do CRAS, onde sua família não será acompanhada de forma integral pelo serviço PAIF executado nos CRAS. Eu fazia a concessão por não haver CRAS suficiente para os usuários e tínhamos que fazer o trabalho da execução (Entrevistada 1).

Ressalta-se que essa provisão dos benefícios eventuais no DAS não era realizada de acordo as normativas responsáveis, por não existir essa articulação entre a Política de Assistência e os usuários, integralmente, devido à falta de uma estrutura como a dos CRAS. No entanto, existem famílias que necessitam dessa provisão, e que fazem parte de territórios descobertos pelos Centros de Referência da Assistência Social. Sua base de referência da proteção social era o CRAS Janaína. Era o local em que os usuários buscavam o seu atendimento, o seu direito garantido. Então, o que fazer com as demandas desses usuários? Para finalizar, diante o atual contexto contemporâneo, perguntar acerca do acesso aos serviços do CRAS Janaína em tempos de Pandemia do covid-19 a entrevistada respondendo da seguinte forma:

> Foi um desafio. Na verdade, ainda continua sendo! A gente que realizar um planejamento tático, conforme portaria n° 54/2020, que foi é necessário que o trabalho em rede entre os equipamentos socio assistenciais e a equipe do Serviço de Convivência seje ofertado, a fim de que as ações preventivas alcancem a população vulnerável. Sendo assim, os Serviços foram ofertados enquanto medidas de prevenção e minimização dos riscos, reduzindo as aglomerações na rede de equipamentos socioassistenciais, além de contribuir para o isolamento social, de forma a assegurar a saúde de todos. (Entrevistada 1)

Desse modo, finalizamos o último tópico das analises, expondo esse questionamento da pesquisadora. Analisamos que é indispensável por parte da gestão atual de São Luís, a implementação de novas medidas de planejamento estratégico nos CRAS que abarquem toda a demanda descoberta, devido impactos da pandemia do covid-19, visando integrar esses usuários num sistema de proteção adequado, fortalecendo os seus vínculos sociais e proporcionando um espaço de convivência para as discussões a cerca de melhores condições de vida para as famílias.

Ressalta-se também, que é necessário a inserção de profissionais competentes e críticos de acordo com projeto ético político do Serviço Social, que sejam valorizados por meio de condições dignas de trabalho, através de contratação mediante concurso público, para que os serviços sejam ofertados com qualidade, assim como, os benefícios eventuais sejam providos com base nas normativas vigentes, sobretudo com caráter de direito e não de favor.

Inclusive, com relação ao debate entre Iamamoto (2007) e Lessa (2015), acerca da categoria trabalho no Serviço Social, a entrevistada se posiciona: “O Serviço Social é trabalho! A gente vende nossa força de trabalho, tem um empregador, o maior empregador é o Estado. Isso se configura porque o trabalho do assistente social existe (sic.)” (Entrevistada 1). Podemos perceber que o posicionamento do profissional vai ao encontro do que a autora Iamamoto (2007) defende em relação a atuação do Serviço Social, considerando a prática do assistente social como trabalho e que este pertence à classe trabalhadora, pois vende sua força de trabalho em troca de um salário.

Outro questionamento que essa experiência nos proporcionou, foi em relação à recorrência das solicitações dos benefícios eventuais. A maior parte dos usuários que solicitavam estes benefícios no DAS, retornavam ao setor para procurá-los novamente, principalmente o benefício referente à cesta básica. Vale ressaltar, que os bairros referenciados pelo DAS, estão no rol das localidades mais pobres da cidade de Fortaleza,ou seja, que mais demandam de proteção social e medidas básicas para a sobrevivência. Então, foi possivel identificar que a insegurança alimentar era um caso corriqueiro nos usuários atendidos pelo DAS.

Constatamos também ao decorrer dos nossos estudos por meio da pesquisa, que os benefícios eventuais são provisões essenciais para o atendimento urgente das carências dos usuários, no entanto, estes não devem ser disponibilizados de maneira constante. Essa procura latente nos revela uma falha do Estado nas políticas sociais, que deveria subsidiar meios eficazes para os usuários terem condições de prover suas necessidades mais básicas, como a alimentação adequada.

Através dessas observações relevantes, enxergamos que essas demandas fazem parte do nosso cotidiano profissional, acadêmico e social, por isso devemos lutar por uma política pública efetiva, que garanta as famílias os mínimos sociais definidos na política, como a dignidade. Fazer a diferença, nos capacitando para entender essa realidade tão desafiadora, para irmos além do senso comum, nos desvinculando cada

vez mais daquelas velhas práticas assistencialistas, que insistem em fazer parte da nossa política.

Por estas razões, este trabalho possui sua relevância, pois perpassa por toda e qualquer categoria que trabalha com o âmbito social, como pedagogos, educadores sociais, sociólogos, psicólogos, dentre outros. E não somente, pelo serviço social. Os espaços de discussão precisam ser mais amplos e isso só será possível diante da mobilização e articulação do máximo de atores possível, movimentos sociais, categorias trabalhistas e, principalmente, usuários da Assistência Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo estudado para a construção deste trabalho nos possibilitou a realização de reflexões acerca de algumas questões relacionadas à Política de Assistência Social e os benefícios eventuais. Buscamos, também, neste trabalho registrar um importante momento da política de Assistência Social no município de São Lúis para o público usuário da Assistência Social, para os acadêmicos e profissionais da área e esperamos que, a partir destas reflexões, possam ocasionar futuras mudanças significativas a respeito dessa temática.

Inicialmente, gostaria de expressar a importância deste trabalho para a vida graduada, em meio a dificuldades e limitações encontradas no decorrer do caminho, foi possível o amadurecimento pessoal, acadêmico e profissional. Bem como, ressaltar a mudança na forma de pensar e questionar a Política de Assistência Social, os benefícios eventuais e a atuação do assistente social nesta política pública, até chegar a algumas considerações.

Durante todo o trabalho, busquei colocar como parte dessa categoria da Politica de Assistência Social, trazendo suas duvidas e inquietações acadêmicas para serem analisadas na visão de assistentes sociais experientes e capacitadas, na busca de compreender e interpretar a provisão dos benefícios eventuais no CRAS Janaína. Dessa forma, até chegar às conclusões sobre a pesquisa, vamos analisar as categorias estudadas.

Primeiramente, em relação à Assistência Social, comprovou-se que a categoria sofreu muitas mudanças no decorrer dos governos brasileiros, passando de uma ação benemerente e filantrópica nos anos 1930 a uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado, atualmente. No contexto municipal, a política também passou por

transformações que possibilitaram avanços, apesar de no ano de 2020, 2021 e atualmente ter acontecido difícil devido impactos da pandemia do covid-19 da Secretaria Municipal de Assistência Social, em São Luís.

No que diz respeito à atuação do assistente social na Política de Assistência Social, comprovou-se que a relevância desta categoria, por atuar com base num projeto profissional crítico e interventivo, buscando diferentes formas de enfrentamento da questão social, e lutando para defender e reafirmar os direitos sociais. Podemos constatar também, que essa atuação se deu no DAS por meio de muitos desafios, em meio a condições precárias de trabalho, como a falta de estrutura adequada, recursos humanos e materiais, baixos salários, dentre outros.

Entretanto, apesar das limitações enfrentadas, constatou-se que os profissionais comprometidos com o projeto ético político da profissão. Consideramos que ao analisar os direitos sociais no Brasil, entendemos que estes nem sempre foram destinados a toda sociedade, mas, inicialmente, a um pequeno grupo de trabalhadores urbanos formais, que através de muitas reivindicações da população, foram ampliando o seu acesso, chegando até as políticas sociais, garantindo a Política de Assistência Social em sua definição.

Com base nos benefícios eventuais, centralidade desta pesquisa, verificou-se que estes tiveram sua gênese na política de Previdência Social, com caráter contributivo e universal, e depois de alguns anos, com a promulgação da LOAS, ingressaram na Política de Assistência Social, modificando sua estrutura para benefícios não contributivos e seletivos. Concluímos que essa transição ocorreu de forma incompleta, acarretando no comprometimento das definições atribuídas aos benefícios eventuais, assim como, na limitação de regulações a seu respeito, dificultando a sua efetivação nos municípios.

Portanto, diante das compreensões adquiridas nos estudos bibliográficos, no decorrer do trabalho, expomos aqui, as considerações acerca da pesquisa. De acordo coma falas das assistentes sociais, a Assistência Social é considerada uma política pública, direito do cidadão e responsabilidade do Estado, assim como os benefícios sociais, ambos garantidos pela LOAS.

Percebe-se que a entrevistada apresentou uma visão crítica a respeito dos benefícios eventuais, ressaltando que em suas respostas existia uma frustração a respeito das provisões dos benefícios, pois era uma atribuição complexa, devido à falta

de estrutura necessária para se desenvolver.

Identificou-se que a interlocutora da pesquisa possui um compreensível entendimento sobre o que são e quais são os benefícios eventuais na Política de Assistência Social, e que existem legislações específicas que regulamentam estes benefícios, como a Resolução nº 212 do CNAS. Entretanto, de acordo com as entrevistadas, a provisão dos benefícios no Distrito de Assistência Social, não era realizada de acordo com as regulamentações vigentes, pois eram ofertados sem o devido acompanhamento e integração das famílias nos serviços socioassistenciais. Também observamos que essa atividade existia nas atribuições do DAS. Porém, na prática, muitas vezes essa provisão não era realizada pela falta do benefício na instituição, acarretando numa ampla demanda reprimida de usuários que não tinham seu direito garantido.

Comprovou-se também, através de suas perceções, que os benefícios eventuais deveriam ser providos no contexto dos Centros de Referência da Assistência Social, em virtude de ser um espaço de proteção social, com estrutura apropriada de acordo com a PNAS e o SUAS. O DAS não apresentava porte necessário para execução da Política de Assistência Social. No entanto, essa discussão nos levou a considerar outra perceção, referente à provisão dos benefícios eventuais no DAS.

Foi possivel identificar outro aspecto importante repassado pelos profissionais, em relação à perceção do usuário quanto aos benefícios eventuais. Em seus atendimentos, elas identificaram que os usuários, em sua maioria, não possuíam o entendimento de que os benefícios eventuais representavam direitos que deviam ser efetivados. O esclarecimento que eles demonstravam era de ajuda do governo, ou até mesmo das assistentes sociais, visto que, em alguns casos, eles queriam retribuir a provisão dos benefícios, com algum presente às profissionais.

Essa relação é bastante complexa, e deve ser tratada com seriedade e esclarecimento, pois envolve uma percepção errônea da população usuária da Política de Assistência Social. Desde sua gênese, a Assistência Social passou por muitas transformações, bem como, dificuldades para o seu reconhecimento como uma política pública de direitos, por parte do Estado e da sociedade. Então, é primordial que a nossa classe profissional desmistifique essa visão assistencialista que insiste em prevalecer até os dias atuais. Profissionais críticos e interventivos possibilitam usuários conscientes e participativos.

Por fim, constatou-se também a respeito dos usuários, na fala da entrevistada, que a provisão dos benefícios eventuais não contribui para a autonomia do usuário que o solicita, pois não o fazem independentes das ações do Estado. Na maioria dos casos, as solicitações dos benefícios eventuais são recorrentes, devido a constante necessidade de prover suas carências, como a alimentação. Contudo, analisar a autonomia de um indivíduo é um exercício complexo, pois não se refere apenas à provisão de suas necessidades básicas, envolvem dimensões subjetivas do homem que ultrapassam o simples entendimento de um grupo específico, como por exemplo, as relações de gênero, a independência financeira, a autoestima, entre outras perspetivas.

Com base nessas questões e em tudo que foi exposto, comprova-se que este trabalho a todos os profissionais que lidam com a Política de Assistência Social; aos usuários desta política; aos estudantes da área; aos universitários e estudantes em geral, aos profissionais de Serviço Social, e aqueles pertencentes às Ciências Sociais, dentre outros cursos, e ainda, a sociedade como um todo, na tentativa de expor as inquietações sobre os benefícios eventuais ea Política de Assistência Social, para que futuramente se construam propostas coletivas aprimorando as temáticas abordadas, considerando que este trabalho retrata uma realidade que faz parte da Política de Assistência Social do município de São Luís/MA.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 5. ed. São Paulo:Cortez, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Decreto N°. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Vunerabilidade social e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 16. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>.Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria n° 54, de 1º de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 abr. 2020. Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-

/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Governo Federal. **Política Nacional para a Inclusão Social da População em situação de probreza**, Brasília, DF, maio. 2008. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_di versos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Lei 11.258 de 30 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a organização da Assistência Social a serviço de atendimento para as pessoas que vivem em Situação de Rua. **Diário oficialda União**, Brasília, DF, 30 dez. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Secretaria Nacional de AssistênciaSocial. **Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social**. SUAS e População em Situação de Rua, v. 4. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Ser vico_AbordagemSocial.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional

de Assistência Social. **Implicações do SUAS e da gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social**. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Implicacoes_S UAS_gestao_descentralizada.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma OperacionalBásica – NOB/SUAS. Brasília, DF, nov. 2004. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.p df>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Secretaria de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro deReferência Especializado para População em Vunerabilidade social – Centro Pop**. SUAS e População em Situação de Rua, v. 3, Brasília, 2011. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_ce ntro_pop.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

CEMFLORES. **O Governo Bolsonaro**: Ofensiva Burguesa e Resistência Proletária. [Online]:cemflores.org, 2019. Disponíve em:

<https://drive.google.com/file/d/1iLgSP9FNzJpmj7QnfOMh5TjYmHxvslnJ/view>. Acessoem: 24 maio 2020.

COSTA, Ana Paula M. População em situação de rua: contextualização e caracterização.

Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 4, n. 1, dez. 2005. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>. Acesso em: 11set. 2019.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetória de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Fiocruz,1999.

FALCÃO, Lula. Governo Bolsonaro aumenta desemprego no país. **Jornal A verdade**, [online], 24 jun. 2019. Disponível em: <https://averdade.org.br/2019/06/governo-bolsonaro-aumenta-

desemprego-no-pais/>. Acesso em: 24 maio 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do Capital, “questão social” e Serviço Social noBrasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro,n. 28, 2008. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58l1Ax.pdf>. Acesso em: 10 mar.2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão Social e Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, André Silva. **A Direita para o Social**: A Educação da Sociabilidade no BrasilContemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009, 279 p.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da Economia Política**.** Livro 1, Tomo 1. São Paulo: AbrilCultura, 1988.

MESQUITA, Felipe. Pandemia de Coronavírus afeta acesso à saúde, assistência social eeducação no Ceará, aponta estudo. **Diário do Nordeste *Online***, Fortaleza, 10 abr. 2020. Metro.Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/pandemia-de-coronavirus-afeta-acesso-a-saude-assistencia-social-e-educacao-no-ceara-aponta-estudo- 1.2232975>. Acesso em: 24 maio 2020.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social eSociedade**, São Paulo, n. 110, abr./jun.2012.Disponívelm:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004>.Acesso em: 10 maio 2020.

AQUINO, E.M.L et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid- 19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.2423-2446, jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 188, de 03 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, n. 28, 04 de fev. 2020. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de- 2020-241408388. Acesso em: 30 març. 2022.

DOMINGUEZ, Bruno. Alerta global: novo coronavírus é a sexta emergência em saúde pública de importância internacional declarada pela OMS. **RADIS: Comunicação e Saúde,** [S.l.], n.210, p.14-21, mar. 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40590. Acesso em: 30 març. 2022.

MATTA, Corrêa Gustavo et al. A covid-19 no Brasil e as várias faces da pandemia. In: MATTA, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva; SEGATA, Jean (Orgs.). **Osimpactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas a pandemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. p.15-26. Disponível em: https://books.scielo.org/id/r3hc2 Acesso em: 30 març. 2022.

PAIVA, Andrea Barreto de et al. Assistência Social. In: PAIVA, Andrea Barreto de et al. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2021. p. 65-107. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=37679. Acesso em: 30 març. 2022.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In:OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.238-255.

PEQUENO, Renato et al. Dossiê nacional: as metrópoles e a covid-19. **Observatório dasMetrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia,** [S.l.], v.2. jul. 2020.

PIRES, Roberto Rocha C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento a crise sanitária da covid-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. (Nota técnica n.33.). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9839?mode=full. Acesso em: 30 març. 2022.

PRADO, Marcelo Freitas. et al. Análise da subnotificação de Covid-19 no Brasil. **Rev. Brasileira de Terapia Intensiva,** Rio de Janeiro, n.32, p.224-228, abr./jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/XHwNB9R4xhLTqpLxqXJ6dMx/. Acesso em: 30 març.2022

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Vunerabilidade social no Brasil**. Brasília: Texto para discussão, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa EconômicaAplicada – Ipea, 2016. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acessoem: 6 maio 2020.

NETTO. José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução Crítica. São Paulo:Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A Política Nacional para População em Vunerabilidade social implementada no Centro Pop de Fortaleza.** 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. 1 CD-ROM.
Disponívem:<http://www.uece.br/mass/dmdocuments/dissertacao_vanessa_saraiva_nogueira.pdf>. Acessoem: 10 maio 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Panorama do Processo de Regulamentação e Operacionalização dos Benefícios Eventuais Regidos pela LOAS**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. nº12, Brasília: MDS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Mundialização do Capital, "questão social" e Serviço Social no**

Brasil. Revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,n. 28, 2008. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58l1Ax.pdf>. Acesso em: 10 mar.

2022.

FREITAS, Maria José; MARCO, Patrícia Souza. **Benefícios Eventuais no Contexto do SUAS. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. MDS, nº12, Brasília, 2010.

FREITAS, Marília. Sob isolamento social, Ceará é o segundo Estado do Nordeste com

maiscasos de violações aos direitos humanos. **O Povo *Online***, Fortaleza, 17 abr. 2020. Coronavírus. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/04/17/sob-isolamento-social-- ceara-e-o-segundo-estado-do-nordeste-com-mais-casos-de-violacoes-aos-direitos- humanos.html> . Acesso em: 18 maio 2020.

PORFIRIO, Francisco. "Isolamento Social"; **Brasil Escola.** Disponível em:

<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "O que é quarentena?"; **Brasil Escola**. Disponível em:<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-quarentena.htm>. Acesso em: 25maio 2020.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em Vunerabilidade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Daniel Neves. "O que é genocídio?"; **Brasil Escola.** Disponível em:<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-genocidio.htm>. Acesso em: 25 maio2020.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nº da entrevistada:

Data:

Sexo:

Formação acadêmica:

Cargo:

Renda:

Tempo de formação:

Tempo que você trabalha na política de Assistência Social e no Distrito de Assistência Social:

ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO DISTRITO DE ASSISTÊNCIASOCIAL

01. Qual a compreensão que você possui a respeito da política de Assistência Social?

02. Como você analisa o desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil?

03. Como você analisa o desenvolvimento da Política de Assistência Social em Fortaleza?

04. Como você percebe (sua opinião sobre) a atuação do assistente social no Distrito deAssistência Social?

05. Quais as principais atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais no Distrito deAssistência Social?

06. Quais legislações você utiliza para nortear a sua atuação profissional?

07. No seu cotidiano profissional, quais as principais facilidades?

08. Quais as principais dificuldades?

09. Que sugestões você apresenta para superar as dificuldades enfrentadas no seu cotidianoprofissional?

BENEFÍCIOS EVENTUAIS

10. O que é o benefício eventual na Política de Assistência Social?

11. Qual a compreensão que você possui a respeito dos benefícios eventuais?

12. Quais são os benefícios eventuais existentes na Política de Assistência Social?

13. Quais as normativas legais que você conhece a respeito dos benefícios eventuais, além da LOAS, PNAS e SUAS? Explique.

14. Quais os instrumentos utilizados e as atividades desenvolvidas na provisão dos benefícios eventuais? Explique.

15. Quais estratégias você utiliza no seu atendimento social quando não há um beneficio eventual para prover?

16. Qual a sua opinião sobre a provisão dos benefícios eventuais em tempos de pandemia do contexto dos CRAS?

17. Como articular benefícios e serviços na Política de Assistência Social em tempos de pandemia?

18. Você acha que a provisão dos benefícios eventuais no município de São Luís/MA, vem sendo realizada de acordo com as legislações vigentes? Explique.

19. Em sua opinião, qual o significado dos benefícios eventuais para os usuários da Política de Assistência Social?

20. Você considera que a provisão dos benefícios eventuais contribui para a autonomia do usuário que o solicita?